

Sarney assumiu o comando da economia

O Presidente José Sarney assumiu o controle da área econômica do Governo com a reunião que promoveu no último sábado na Granja do Torto, entre ministros e economistas independentes. O Ministro Francisco Dornelles estava destinado, na administração do Sr Tancredo Neves, a ocupar, de maneira incontestável, o espaço destinado ao Número Um da economia. Afinado com o tio-Presidente, a quem acompanhava há mais de 25 anos, o Sr Dornelles conhecia suas preocupações, sabia como ninguém o que ele pretendia executar, até porque o ajudara a formular a política econômica a ser deflagrada. Não teria o mesmo poder que teve o Sr Delfim Netto porque o Sr Tancredo Neves não tinha nada dos generais Médici e Figueiredo, como também porque a Nova República não deveria guardar semelhanças com a Velha. Mas poucos duvidavam que seria o Sr Dornelles, e não outro, o solista da área econômica.

Agora não será mais. O Presidente Sarney admira muito a competência do seu Ministro da Fazenda, não está disposto a dispensar a sua colaboração, e o mimoseia com um tratamento especial. Deu, inclusive, sua contribuição para desarmar espíritos e vencer resistências quando o Sr Dornelles, em meados de fevereiro passado, enfrentou a oposição de setores do PMDB para ser indicado como ministro. O Sr Sarney, na época, conversou a respeito com o Presidente Tancredo Neves e convocou o Senador Marco Maciel para, juntos, articularem uma bateria de pronunciamentos favoráveis à ascensão do Sr Dornelles ao Ministério da Fazenda. Mas o Presidente eleito morreu, a realidade política agora é outra, e o Sr Sarney concluiu que é ele mesmo quem deve empolgar o comando do Governo. Antes que outros o façam ou que a anarquia ameace a eficiência da máquina administrativa.

A disposição do Presidente para exercer tal papel impressionou, vivamente, mesmo os mais críticos entre aqueles que participaram do debate do último sábado. O Sr Sarney foi humilde quando reconheceu seu pouco conhecimento das questões econômicas; foi sereno quando ouviu e anotou as vozes que censuraram determinados aspectos do arremedo de política econômica ora em execução; e no final do encontro, ao resumir o que ali se discutiu por quase oito horas, demonstrou a capacidade de pinçar o que foi dito de mais importante e de jogar o foco de sua atenção sobre os pontos mais relevantes. Soube, principalmente, fazer a distinção entre ouvir e decidir. Ministros e economistas abandonaram a Granja do Torto compartilhando a sensação de que o Presidente

poderá, no futuro, tomar até mesmo decisões erradas mas que não se esquivará de tomar as decisões. E que não delegará aquelas que, por sua gravidade, caibam única e exclusivamente a ele.

É saudável, como assinalou um dos economistas convidados para a reunião do Torto, que o Sr Sarney esteja empenhado em "tirar o Governo do escafandro", em exibí-lo ao natural, recolhendo críticas ao seu comportamento e colecionando sugestões de conduta. Iniciativas como a do sábado deverão se multiplicar, estendendo-se o debate a outros temas e atraindo-se a participação de representantes de outros segmentos da sociedade. Exercita-se, dessa forma, uma prática mais democrática de tomada de decisões, quebra-se o monopólio de um elenco de iluminados ditarem sugestões engendradas no isolamento dos gabinetes — e ganha, assim, o Presidente um amparo mais amplo e consistente na hora de adotar as medidas que julgar as mais acertadas. Na órbita da economia, o momento é de definir certas perdas, e todos perderão de alguma forma.

O Governo Sarney, até pelas condições excepcionais que cercaram a sua instalação, caminha de uma maneira, até certo ponto, um pouco atabalhoada em alguns aspectos. Detonou, por exemplo, várias propostas muito sensíveis ao mesmo tempo e abriu, talvez demasiadamente, o flanco às críticas e à oposição cerrada da parte mais conservadora da sociedade. No momento em que começa a tratar da renegociação da dívida, quando há de ter tranquilidade e de obter respaldo para suas posições, o Governo oferece à discussão um projeto de reforma agrária e uma nova lei de greve. O projeto e a lei não foram, sequer, detidamente examinados no âmbito do Governo antes de se prestarem à controvérsia pública. O Presidente, na verdade, não está comprometido com eles, pelo menos da forma como foram apresentados. O Ministro Almyr Pazzianotto começou a buscar apoio parlamentar para sua proposta de lei de greve somente após tê-la anunciado.

Espera-se que a disposição exibida no Torto pelo Sr Sarney de assumir o controle da área econômica estenda-se, por absoluto reconhecimento da necessidade, às demais áreas do seu Governo.

Às claras

Na Velha República, uma reunião como a do sábado seria algo de inimaginável mas, se acontecesse, seria de se supor que o SNI a gravaria para seus arquivos. A do sábado foi gravada, às claras, com a concordância dos participantes, e deverá ser transcrita para que outros membros do Governo tomem conhecimento do que ali se disse.

RICARDO NOBLAT

Editor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília